

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.292.710 - RJ (2018/0112316-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : LEILA RIBEIRO BARBOSA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO - RJ106445  
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA -  
RJ116261

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PROVA PERICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. JUIZ. DESTINATÁRIO DA PROVA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

LEILA RIBEIRO BARBOSA (LEILA) ajuizou ação revisional contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA), pleiteando a revisão de cláusulas de contrato de financiamento habitacional, na qual requer, ainda, a suspensão de leilão designado.

A sentença julgou improcedente o pedido, revogando tutela antecipada anteriormente conferida, que determinava que a CAIXA se abstinhasse de prosseguir os atos de execução hipotecária (e-STJ, fls. 200/210).

Interposta apelação por LEILA, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 261):

*DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. SFH. MÚTUO HABITACIONAL. REVISÃO CONTRATUAL. SACRE. JUROS. ANATOCISMO. ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. PERÍCIA DESNECESSÁRIA.*

*1. A sentença indeferiu, inclusive antecipadamente, a suspensão dos atos de execução extrajudicial, e a revisão integral do contrato celebrado e eventuais renegociações, com diminuição da taxa de juros à média do mercado para financiamento de imóveis; exclusão do anatocismo; aplicação*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*do correto método de amortização; e declaração de nulidade da cláusula de contratação de seguro, convencido o juízo de que não restou demonstrada qualquer irregularidade no contrato nem na sua operacionalização.*

*2. O Contrato de Compra e Venda com Garantia Hipotecária, datado de 16/08/1999, estabeleceu prazo de 300 meses; juros de 8% ao ano; Sistema de Amortização SACRE; e atualização do saldo devedor pelo índice aplicável às contas de FGTS.*

*3. Cabe ao juiz avaliar a utilidade das provas requeridas, indeferindo as protelatórias ou desnecessárias ao seu livre convencimento. Precedentes do STJ.*

*4. O sistema de prévia atualização da dívida, e posterior amortização, não vulnera a comutatividade das prestações ajustadas, pois, de um lado, o capital mutuado é remunerado pelo tempo em que ficou na fruição do mutuário e, de outro, a primeira prestação é devida no mês seguinte ao da concessão do financiamento, conforme previsão contratual. Aplicação da Súmula nº 450 do STJ.*

*5. Não constatado qualquer abuso por parte do agente financeiro, nada justifica substituir o Sistema SACRE por qualquer outro, pena de desobediência ao contrato e violação a ato jurídico perfeito.*

*6. Apelação desprovida.*

Inconformada, LEILA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 4º do Decreto nº 22.626/33, 267, VI, 300, 301, 331 do CPC/73, 31 do Decreto-Lei nº 70/66, 6º, 18 e 46 do CDC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) houve capitalização indevida de juros; (2) é imprescindível a produção de prova pericial contábil, a fim de demonstrar a abusividade dos encargos cobrados; e (3) incide o CDC ao contrato em análise, impondo-se a inversão do ônus da prova em favor dos mutuários.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou seguimento ao recurso especial quanto à amortização do saldo devedor, em virtude de precedente firmado em recurso repetitivo, e inadmitiu o apelo nobre quanto às demais questões ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação do enunciado sumular.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 324/327).

É o relatório.

DECIDO.

# Superior Tribunal de Justiça

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do CPC/73, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## I. Da capitalização de juros

O acórdão recorrido concluiu que inexistiu capitalização de juros na adoção do sistema SACRE, nos termos da seguinte argumentação:

*O anatocismo ocorre quando o valor da prestação é insuficiente para cobrir a parcela de juros mensal, gerando uma amortização negativa e fazendo com que os juros inadimplidos sejam transpostos para o saldo devedor, sobre o qual, afinal, incidirão novos juros.*

*No SACRE não ocorre anatocismo, pois os juros calculados observam a forma simples e não se incorporam ao saldo devedor. Tal sistema foi criado para solucionar distorções e impasses gerados pelo antigo sistema PES/CP, que limitava o valor das prestações, mas conduzia à excessiva elevação do saldo devedor. Seu grande diferencial consiste na possibilidade de o mutuário programar sua dívida desde o início: os encargos começam elevados, mantêm-se no mesmo patamar por um período, e, após, começam a decrescer, em pequenas proporções.*

*Ao final do prazo de financiamento, mantendo-se o equilíbrio financeiro do contrato, o saldo devedor é liquidado.*

*Ao influxo desse cenário, **não constatado qualquer abuso por parte do agente financeiro, não há porque substituir o Sistema SACRE por qualquer outro, pena de desobediência ao contrato e violação ao ato jurídico perfeito** (e-STJ, fls. 256/257 – sem destaque no original).*

Nessa linha, a alteração do entendimento firmado pelo colegiado quanto à inocorrência da capitalização de juros implicaria reexame fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme disposto na Súmula nº 7 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aliás, a jurisprudência do STJ é uníssona quanto à impossibilidade de esta Corte examinar a existência ou não de anatocismo na utilização do sistema SACRE, por força do supracitado enunciado sumular. Vejam-se:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. NOVAÇÃO CONTRATUAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. TR. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 454/STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. SACRE. SÚMULA Nº 7/STJ. AMORTIZAÇÃO. SÚMULA Nº 450/STJ.*

*1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.*

*2. Esta Corte Superior firmou entendimento de que é possível a utilização da Taxa Referencial- TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, ainda que firmado anteriormente ao advento da Lei nº 8.177/91, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança. Súmula nº 454/STJ.*

*3. Não compete ao STJ verificar a existência de capitalização de juros com a utilização do Sistema SACRE, por força das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. Precedente.*

*4. O sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados no âmbito do SFH não fere o equilíbrio contratual e está de acordo com a legislação em vigor. Inteligência da Súmula nº 450/STJ.*

*5. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 749.560/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 03/12/2015, DJe 14/12/2015)

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA MUTUÁRIA.*

*1. Em relação à existência de capitalização de juros pela utilização do Sistema SAC, a questão não pode ser revista na via eleita, pois implicaria reexame de material fático-probatório e interpretação de cláusula contratual, o que encontra óbice nos enunciados das Súmulas 05 e 07 do STJ.*

*2. Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação. Incidência da Súmula nº 450 do STJ.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

# Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 325.578/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 06/08/2013, DJe 16/08/2013)

## (2) Da prova pericial

LEILA reiterou a necessidade de produção de prova pericial para demonstrar a ocorrência das abusividades suscitadas.

Contudo, o acórdão vergastado consignou que a prova documental acostada aos autos era suficiente para a solução da controvérsia, afastando a necessidade da prova pericial. Confira-se o excerto mencionado:

*Tocante à **prova pericial**, como bem salientou o juiz a quo, neste caso, é desnecessária, pois **analisando a planilha de evolução do financiamento às fls. 145/155 constata-se facilmente não haver qualquer abuso ou ilegalidade por parte do agente financeiro**. A jurisprudência do STJ reconhece que cabe ao julgador afastar as provas inúteis ou meramente protelatórias como na presente demanda (e-STJ, fls. 258/259 – sem destaques no original).*

Portanto, alterar a conclusão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para reconhecer que a prova pericial contábil era imprescindível, ensejaria indevida incursão fático-probatória, em manifesta ofensa ao disposto na Súmula nº 7 do STJ.

A esse respeito, vale ressaltar que, segundo a iterativa jurisprudência desta Corte, cumpre ao magistrado, que é o destinatário da prova, em observância ao princípio do livre convencimento motivado, valorar conforme seu entendimento todas as provas e circunstâncias levadas a seu conhecimento para alcançar a resolução do conflito.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ALTERAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. MESMO ÓBICE SUMULAR. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

*1. Não ocorre omissão quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.*

*2. O Tribunal estadual entendeu que a colheita de depoimentos das partes e de testemunhas, não se mostra*

# Superior Tribunal de Justiça

*pertinente à comprovação das alegadas ilegalidades. Reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n.7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Agravo interno improvido.*

(AgInt no AREsp 1.219.861/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 5/6/2018, DJe 14/6/2018)

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH - REVISÃO CONTRATUAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF - REEXAME DE FATOS E PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

[...]

*2.- No caso concreto, quanto a alegada afronta ao artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, é de se ter presente que o destinatário final das provas produzidas é o Juiz, a quem cabe avaliar quanto à sua suficiência e necessidade, em consonância com o disposto no parte final do artigo 130 do CPC. Nesse sentido, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.*

*3.- Agravo Regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 370.902/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, j. em 24/9/2013, DJe 8/10/2013)

### (3) Da incidência do CDC e da inversão do ônus da prova

LEILA sustentou que incide o CDC ao contrato de financiamento firmado, pretendendo a inversão do ônus da prova em seu favor.

No entanto, verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 6º, 18 e 46 do CDC, indicados como violados, não foi objeto de debate no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o que evidencia a ausência de prequestionamento, a atrair o óbice da Súmula nº 282 do STF.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

